

6º ENCONTRO DE DIRIGENTES ASSOCIATIVOS DE SETÚBAL

5 de Novembro de 2011

Cinema Charlot-Auditório Municipal

SESSÃO DE ABERTURA

CÂMARA MUNICIPAL DE SETÚBAL – MARIA DAS DORES MEIRA (PRESIDENTE)

A Presidente da Câmara destacou a missão inquestionável do movimento associativo e do voluntariado na comunidade, numa perspectiva de sensibilização e da mobilização de todos os recursos humanos especializados e de todos os meios logísticos adequados para benefício da comunidade setubalense.

Foi reforçada a dimensão altruísta do associativismo e do voluntariado que constituem indispensáveis valores que caracterizam o pleno e efectivo exercício da cidadania e são uma das respostas, quando não a única, às concretas necessidades das populações, em áreas como a formação, a educação, o lazer ou a saúde.

A Presidente Maria das Dores Meira reconheceu assim o trabalho desenvolvido pelos dirigentes e cooperantes associativos e voluntários, integrados nas diversas instituições, e que prestam relevantes serviços às populações.

Por outro lado, destacou o incontornável e decisivo papel desempenhado pela Autarquia na vida do movimento associativo local. Assim, foram apresentados os apoios cedidos ao movimento associativo no período de um ano, entre Setembro de 2010 e Agosto de 2011, através da isenção de pagamento de taxas devidas pela utilização de equipamentos culturais e desportivos, da isenção de taxas pela emissão de licenças de ruído, do arrendamento de sedes sociais de clubes, agrupamentos e associações, do apoio financeiro directo, do fornecimento e execução de materiais de promoção e de diversos apoios logísticos.

Estes apoios, e ainda outros que não puderam ser apurados, perfazem um total de 1.380.000,00€, directa ou indirectamente transferidos para o Movimento Associativo Popular, no período acima referido.

CONFEDERAÇÃO PORTUGUESA DAS COLECTIVIDADES DE CULTURA, RECREIO E DESPORTO – AUGUSTO FLOR (PRESIDENTE DA DIRECÇÃO)

Augusto Flor começou por reconhecer como positiva a realização anual do Encontro de Dirigentes Associativos de Setúbal, o que reflecte o trabalho e a proximidade entre a Câmara Municipal de Setúbal e o Movimento Associativo Popular do Concelho e salientou que este Encontro também tem como objectivo a aprendizagem e a reflexão das políticas públicas para o associativismo, nomeadamente no que se refere à temática do voluntariado.

O Presidente da Confederação Portuguesa das Colectividades deixou a informação de que foi eleita a direcção distrital da CPCCRD, o que vai ter consequências positivas no trabalho com o movimento associativo no concelho de Setúbal. No que se refere ao movimento associativo, em termos legislativos é considerado um parceiro social (Lei nº 34/2003), mas não tem assento nos Conselhos Nacionais. A Lei tinha 120 dias para ser regulada, através da publicação da portaria, o que ainda não aconteceu. Contudo, na Presidência do Conselho de Ministros, foi designada uma assessoria para a área do movimento associativo, sendo que a Confederação já tem prevista uma reunião com este órgão.

Antes ainda de se debruçar sobre o tema do Voluntariado, qualificou o Movimento Associativo como um parceiro fundamental no desenvolvimento local, como comprova a existência, a nível nacional, de 3.000 colectividades, 250.000 dirigentes executivos e um total de 400.000 dirigentes.

Todavia, as colectividades correm riscos acrescidos com a crise social e económica actual, tendo que fazer face a despesas como o arrendamento e as respectivas actualizações em função da nova lei, assim como às despesas correntes de funcionamento.

Outro problema é a disponibilidade cada vez menor dos voluntários face às novas exigências da Lei do Trabalho e a necessidade, em muitos casos, da acumulação de empregos.

Depois, verificam-se alguns constrangimentos para a participação dos indivíduos em termos de movimento associativo, nomeadamente quem trabalha com crianças tem que ter registo criminal. Por outro lado, o pedido de Subsídio de Desemprego é indeferido a um dirigente de uma associação, ou seja, para ter acesso a esta prestação tem que pedir a demissão do cargo de dirigente associativo.

Actualmente, o movimento associativo também enfrenta as dificuldades decorrentes das inspecções de entidades como a ASAE, o Instituto do Desporto de Portugal, a Sociedade Portuguesa de Autores, entre outros, e o respectivo pagamento de taxas e multas.

Outro constrangimento que se verifica é a dívida das Autarquias ao movimento associativo, nomeadamente as decorrentes de protocolos e contratos-programa, em que existem contrapartidas. Nestes casos, as associações cumprem compromissos que cabem ao Estado, num papel de substituição do Estado-Providência.

Augusto Flor é Conselheiro Nacional para a Promoção do Voluntariado, neste Ano Europeu do Voluntariado. A Comissão apenas tem a função de acompanhamento porque já estavam todas as decisões tomadas. Contudo, foram definidos quatro objectivos:

- a) Estudo sobre o Voluntariado. Actualização de dados, mas que não inclui os dirigentes e colaboradores do movimento associativo;
- b) Estudo sobre o Voluntariado, em 2011;
- c) Seminário sobre o Voluntariado Internacional no Mediterrâneo. O objectivo é reflectir sobre o voluntariado, contudo, não foi possível tirar conclusões para a apresentar à União Europeia;
- d) Volta do voluntariado. Envolve todo o país e todos os voluntários, talvez por isso seja, dos quatro, o objectivo mais cumprido.

Outro aspecto importante é que as colectividades pertencentes à Confederação actuam numa perspectiva de prevenção, *a priori* dos contextos de desregulação e de problemas de ordem social, facilitando, através das actividades desenvolvidas, a adopção de comportamentos e estilos de vida saudáveis. É uma intervenção de natureza diferente das associações intervenientes no 1.º Painel – Cáritas Diocesana de Setúbal e Banco Alimentar Contra a Fome, que intervêm ao nível da supressão de necessidades. É fundamental o investimento na prevenção.

É também necessário distinguir aquilo que são, por um lado, os actos voluntários encetados pelos indivíduos e a intervenção dos dirigentes associativos, que implica um maior compromisso e uma maior disponibilidade.

O Presidente da Confederação abordou ainda as questões relacionadas com o facto do voluntariado não poder substituir a existência de postos de trabalho. Tem que ser

regulado o que é trabalho voluntário e o que é o conteúdo funcional de um posto de trabalho.

Finalmente, referiu que as associações não devem ser os amortecedores dos problemas sociais, nem devem substituir-se àquilo que está consagrado como competências sociais do Estado, salientando a existência de impostos que os cidadãos pagam, conferindo-lhes o direito de usufruir de direitos. O movimento associativo não deve deixar que o Estado se demita das suas funções. Deve haver uma união do movimento associativo no sentido de combater esta tendência competitiva da sociedade actual, adoptando um comportamento cooperativo.

1º PAINEL – ESTRATÉGIAS NACIONAIS PARA A PROMOÇÃO DO VOLUNTARIADO

Estava inicialmente prevista a participação de Isabel Jonet (Federação dos Bancos Alimentares) e Eugénio da Fonseca (CARITAS Portuguesa) que não podendo estar presentes, se fizeram representar, respectivamente, por **José Manuel Simões de Almeida** e **José Cordeiro**. O painel foi moderado pela jornalista **Helena de Sousa Freitas**.

JOSÉ MANUEL SIMÕES DE ALMEIDA (FEDERAÇÃO DOS BANCOS ALIMENTARES)

No início da sua intervenção, que decorreu sob o tema do “Voluntariado no masculino, hoje”, José Manuel Simões de Almeida explicou a sua experiência e o seu percurso pessoal no Banco Alimentar de Setúbal. Os primeiros passos foram dados em 2003, com os contactos encetados com a cooperativa Sesibal (Setúbal), relativos ao destino dado às retiradas de peixe. Foi assim possível conceber o Programa Peixe, em que grandes quantidades de pescado passaram a ser utilizadas para o apoio ao fornecimento de refeições

Este dirigente realçou a importância dos apoios concedidos pelas indústrias agro-alimentares. Referiu ainda que o Banco de Setúbal representa cerca de 10% do conjunto dos Bancos Alimentares, antes de apresentar dados sobre os Bancos, na sua globalidade.

A campanha nacional de Maio de 2011 conseguiu recolher 2.309 toneladas de alimentos e contou com a participação de 32.000 voluntários em 1.560 superfícies comerciais.

Alguns dados a nível nacional, relativos ao ano de 2010: 17 Bancos Alimentares; 24.427 toneladas de alimentos recolhidos; 1.973 instituições apoiadas; cerca de 300.000 pessoas assistidas; 500 voluntários assíduos e 45 assalariados.

Existe uma rede internacional de Bancos Alimentares Contra a Fome, com 21 países federados.

Além de alimentos, o Banco Alimentar recebe outro tipo de doações como equipamentos electrodomésticos e informáticos, mobiliário e roupas. Da colaboração com diferentes instituições foi criada, em 2004, a organização Entre-Ajuda, que tem sete áreas de actuação: apoio à gestão, formação, bolsa de voluntariado, banco de bens doados, banco de equipamentos, projectos solidários e saúde solidária.

Para a sua condição de voluntário, José Manuel Simões de Almeida realçou a importância de ser católico e fundamentou-a na doutrina social da Igreja – a dignidade da pessoa humana, o bem comum, a solidariedade e a subsidiariedade

JOSÉ CORDEIRO (CARITAS PORTUGUESA)

José Cordeiro destacou a importância do trabalho realizado durante este ano pela Comissão Nacional de Acompanhamento do Ano Europeu do Voluntariado, defendendo a continuidade do seu funcionamento por outras vias.

De uma maneira geral, atribuiu relevância à discussão do tema do Voluntariado e Associativismo, pois o voluntariado deve estar associado ao associativismo, à acção prática. A acção do voluntariado pode ser potenciada pela Confederação das Colectividades e pelas associações, pois tem subjacente a ideia de “voluntariado de proximidade”, que permite em cada bairro ou freguesia o conhecimento imediato das situações de carência, e a prontidão na mediação, acompanhamento e respostas às mesmas. O trabalho em rede permite mais soluções integradas e fazer o que é preciso, por quem melhor o sabe fazer.

José Cordeiro falou da importância do estatuto do voluntário em Portugal (Lei nº 71/78), um estatuto que tem que ser adulto e com plenos poderes. O voluntário é-o de livre vontade e a sua actividade deve ser uma acção enquadrada em associações.

A legislação portuguesa privilegia um conceito institucionalista, mais voltado para as instituições e não tanto para os indivíduos.

A concepção de voluntariado é eminentemente cristã, daí defender a importância da proximidade à Igreja. Em que difere o voluntariado cristão dos outros? Nas bases que determina um e outros. O voluntariado é um factor de humanização e igualdade entre os Homens e dedicação ao próximo. Mas o facto de os fundamentos da Caritas serem cristãos, não significa que não trabalhe com todos.

2º PAINEL – ESTRATÉGIAS LOCAIS PARA A PROMOÇÃO DO VOLUNTARIADO

Depois do intervalo, e antes do segundo painel, o Professor Nelson Matias da Escola Superior de Educação de Setúbal apresentou a parceria que a Câmara Municipal de Setúbal está a desenvolver com a ESE na caracterização do movimento associativo de Setúbal, para a qual pediu a colaboração dos dirigentes associativos com os estudantes no preenchimento de inquéritos com 40 perguntas, a realizar entre 15 de Novembro e 30 de Dezembro.

Segundo painel moderado pelo jornalista **Paulo Sérgio**.

PLATAFORMA DO VOLUNTARIADO DA C.M. SETÚBAL – FILIPA CARDOSO, RUI ALVES, HUGO TAVARES

A Plataforma do Voluntariado é promovida pela Divisão de Inclusão Social da Câmara Municipal de Setúbal, e tem como objectivos aumentar o voluntariado nas instituições, sensibilizar a população para o voluntariado e contribuir para a divulgação de projectos e oportunidades na área.

Para atingir estes objectivos, desenvolve trabalho em articulação com outras entidades do concelho de Setúbal, como por exemplo associações e o Serviço Municipal de Protecção Civil.

A sua área de acção engloba as actividades de tempos livres, o apoio a pessoas portadoras de deficiência ou a idosos, e o apoio comunitário ou a situações de emergência.

A Plataforma, que existe há dois anos, conta já com 123 voluntários. Os interessados podem inscrever-se através dos contactos da DISOC, do Departamento de Recursos Humanos e do Gabinete da Participação Cidadã da Câmara Municipal, ou através das instituições parceiras.

Dois terços dos voluntários são mulheres, e a média de idades total é de 41 anos. Curiosamente, muitos candidatos com mais de 60 anos nunca tiveram experiência anterior de voluntariado, o que demonstra uma disponibilidade para novas experiências que é de louvar.

Hugo Tavares apresentou outro projecto de voluntariado promovido pela Câmara, concretamente pelo Gabinete da Juventude: o projecto “Atitude Positiva”, mais direccionado para os jovens (dos 15 aos 30 anos) e que tem como objectivos a aproximação ao mundo do trabalho, o desenvolvimento de serviços em prol da comunidade e o conhecimento do funcionamento da Câmara Municipal.

Os 46 jovens que integram o projecto desenvolvem actividades em períodos de férias escolares em articulação com as Divisões de Cultura, Desporto, Inclusão Social, Museus, Bibliotecas, Sector de Arquivo e Gabinete de Apoio ao Empresário.

PROGRAMA MUNICIPAL “SETÚBAL MAIS BONITA” – SUSANA ULLRICH

A campanha “Setúbal Mais Bonita” teve como objectivos melhorar a imagem da cidade e envolver a população nessa melhoria.

As acções decorreram em 3 dias e envolveram três formas de participação: apresentação de propostas de intervenção (quer por individuais, quer por associações e escolas), inscrição como voluntário e apoio de mecenas.

A preparação da acção envolveu um grande trabalho de identificação das intervenções e organização das equipas de voluntários para a execução das tarefas.

Susana Ullrich considerou fundamental para o sucesso da iniciativa a divulgação que foi feita, que envolveu a criação de imagem promocional, a reunião nas juntas de freguesia com os munícipes e associações respectivas, o envio de cartas para as escolas a solicitar a participação de alunos e pais, a sensibilização dos mecenas, a pintura de uma fachada em graffiti com o logotipo da campanha, para além dos habituais meios de comunicação (mails, outdoors, facebook, etc).

Às equipas de voluntários foram dados materiais para execução das intervenções, assim como dois lanches por dia, almoço, uma t-shirt e um boné.

No total, participaram cerca de 4.200 pessoas, das quais 2.600 em escolas, para um total de 137 intervenções distribuídas pelas diferentes freguesias do concelho (29 escolas intervencionadas).

Pode-se considerar que a iniciativa teve sucesso, estando já marcada nova edição em junho de 2012.

PROGRAMA MUNICIPAL “ACÇÃO POSITIVA” – SÓNIA ELEUTÉRIO

O projecto “Acção Positiva” surgiu num concurso de inovação para os funcionários da autarquia.

Sónia Eleutério apresentou a Acção Positiva como uma cadeia de acções desenvolvida pelos funcionários da autarquia, em que cada funcionário praticará, se entender participar, uma acção que se traduza num benefício para uma pessoa ou um grupo de pessoas que se encontre de alguma maneira socialmente desfavorecida.

A primeira acção positiva é praticada pela Presidente da Câmara, que depois indicará outro funcionário à sua escolha, e assim sucessivamente passando o “testemunho” até percorrer todos os 1500 funcionários, desde que estes pretendam participar.

A acção pode ser escolhida livremente pela pessoa, e depois para a sua execução poderá ser acompanhada pela equipa responsável pelo projecto, fazendo o registo que depois será colocado no “site” da internet criado para o efeito. No “site” estará o registo de todas as acções praticadas, com possibilidade de adicionar comentários, reacções dos beneficiados, assim como um banco de ideias (sugestões) para possíveis acções positivas.

Simultaneamente, instituiu-se a ideia de que a cada acção positiva praticada corresponde uma peça de um puzzle, que também pode ser consultado na internet, e que em cada 10 acções se complete o puzzle. Nesse momento é atribuído, por um mecenas, um bem a uma instituição à sua escolha.

PROGRAMA “TOMA LÁ DÁ CÁ” – PATRÍCIA PATRÍCIO (SEIES – SOCIEDADE DE ESTUDOS E INTERVENÇÃO EM ENGENHARIA SOCIAL)

O Programa “Toma Lá, Dá Cá” nasce do trabalho desenvolvido no Laboratório de Participação Cívica do Projecto – Laboratório de Cidadania, Agir para a Diver/Cidade, promovido pelo SEIES e financiado pelo POPH/QREN.

Parte da constatação de que muitos laços da cidadania e vizinhança e a solidariedade se quebraram, e de que se verifica a desarticulação entre os horários de apoio à família e compromissos profissionais, o isolamento das pessoas idosas. O Projecto surge assim como uma resposta às necessidades e aos estilos de vida actuais. O

Toma Lá Dá Cá assenta na ideia de boomerang de entreajuda, em que cada pessoa tem uma necessidade que não consegue ver satisfeita, e ao mesmo tempo tem os recursos para ajudar outra pessoa. É um projecto de entreajuda solidária, que parte dos problemas concretos dos cidadãos.

Também para esta iniciativa foi fundamental a campanha de divulgação, que consistiu na colocação de outdoors, mupis, folhetos, cartazes, publicidade em jornais locais e jornal e guia de eventos municipal, performances de rua, decoração de 3 autocarros, utilização das novas redes sociais.

No lançamento da campanha publicitária, manifestaram interesse em aderir cerca de 60 pessoas. Após o lançamento da campanha, foram criados 5 grupos de voluntários, em função dos interesses que manifestaram: grupo de Desporto, Bibliotecas/literacia, Apoio a pessoas isoladas, Grupo de Ambiente e Grupo de apoio à comunidade surda de Setúbal (em estudo).

Neste momento o financiamento do POPH foi descontinuado, procurando-se formas alternativas de manter o projecto com parcerias locais.

A iniciativa tem todas as características para ser aliciante para associações de bairro, IPSS's, clubes desportivos, agrupamentos de escolas, etc.

SESSÃO DE ENCERRAMENTO

CÂMARA MUNICIPAL DE SETÚBAL – VEREADOR CARLOS RABAÇAL

No encerramento do 6º Encontro de Dirigentes Associativos de Setúbal, o Vereador Carlos Rabaçal caracterizou o movimento associativo como um espírito positivo no meio da crise, pela forma como os dirigentes enfrentam as dificuldades que as associações sentem actualmente.

Os dirigentes associativos não são dirigentes de empresas, pelo que se conclui que são necessários mecanismos próprios para as associações (referindo-se à contradição que representa o facto de, em Ano Europeu do Voluntariado, um dirigente associativo ter que se demitir para ter acesso ao subsídio de desemprego).

Em jeito de conclusão, o autarca salientou a importância do voluntariado colectivo e a importância do trabalho em rede, e defendeu o associativismo como uma forma superior de voluntariado. Pouco mudou com o Ano Europeu do Voluntariado. Há que

enfatizar o papel transformador do Movimento Associativo como disse Augusto Flor. O associativismo é transformação.

Destacou a importância do cooperativismo no associativismo, tendo referido o caso de vida do Eng.º José Manuel Simões de Almeida (Banco Alimentar). Importa descortinar os objectivos comuns e as formas de acção, em função das necessidades das populações. A óptica assistencialista é limitada mas é também necessária.

Relativamente ao estatuto do voluntário, deixou as propostas de baixar a idade do voluntário para os 16 anos e de valorizar esse estatuto na candidatura à Universidade.

No final, enalteceu a intervenção da juventude e a inovação que daí resulta, a entrada das mulheres, cujo contributo na vida associativa tem vindo a aumentar, e a importância dos programas apresentados, como o “Setúbal Mais Bonita” – pelo encontro entre as pessoas, pelo que se conseguiu fazer, pela projecção mediática e pelo desenvolvimento do conceito de dar.